

2 “Património”. Do Monumento ao Território

Joaquim de Moura Flores

O arquitecto Fernando Távora costuma afirmar, gracejando, que etimologicamente a palavra património vem de Pater, o “Pai” que segundo o complexo de Édipo, todos temos de “matar”.

Ultrapassado já este complexo, não necessitamos mais de “matar” para nos afirmarmos patrimonialmente. Aprendemos a conviver de um modo banal com o progresso técnico uniformemente acelerado em que a era industrial e “maquinista” nos mergulhou. Hoje o desafio é conciliar património e desenvolvimento, pondo o primeiro ao serviço das populações desfavorecidas dos “centros históricos” ou do mundo rural, de modo a que não seja mais visto como obstáculo à modernização.

Todos estamos familiarizados com a palavra património e com o conceito genérico que esta encerra. Associamo-la frequentemente à ideia de “herança paterna” ou aos “bens de família”, tal como a define qualquer dicionário ou ainda, em termos mais actuais, à concepção de “bem cultural”. No fundo, qualquer que seja a visão que tenhamos deste conceito associamo-lo sempre a um “valor”, algo com singularidade, de pertença pessoal, local ou universal. Raramente pensamos nisso, mas as próprias “ideias”, o imaterial, são património; a nossa civilização ocidental funda-se nos arquétipos gregos, com cerca de 2 500 anos. Esta cultura sobreviveu exactamente por ser considerada património, o que resultou na sua preservação, chegando-nos com uma limpidez difícil de encontrar em épocas que nos são temporalmente mais próximas.

O conceito em análise, associado ao valor material, é algo tão antigo como a nossa civilização, confunde-se com um sentimento de posse que se acumula e transmite de geração em geração. Neste sentido, herança pressupõe também história e estórias, na acepção em que se transmitem também testemunhos e memórias.

Hoje a palavra adquiriu, tal como o conceito, outros valores que o ligam globalmente ao que à cultura diz respeito e em especial ao edificado que, ao configurar-nos

o “habitat”, se nos impõe de uma forma imediata. Estas estruturas realizam também a dupla viagem passado-presente na medida em que nos trazem o passado e nos transportam de volta a ele. O património desempenha assim um papel importante na formação da nossa memória colectiva.

A “Herança” é hoje mais “pesada”, na medida em que do conceito inicial, que se reduzia aos bens culturais de valor material efectivo, passámos para as heranças que identificam e caracterizam um povo, uma civilização ou até a humanidade. As tradições populares, rituais, crenças e todo um conjunto de actos sociais encontram-se também incluídos neste conceito.

Ao de produção humana, juntámos também o património natural, onde se incluem sítios e paisagens de reconhecido valor ecológico, estético e memorial.

Mas afinal quais são os valores que transformam os “bens” em património arquitectónico-urbano e arqueológico?

Segundo Françoise Choay¹, autora do estudo mais profundo realizado sobre este conceito, é possível identificar três “valores” que caracterizam uma determinada estrutura edificada e lhe conferem o estatuto de “monumento histórico”, como referenciado na época da Revolução Francesa e que hoje, com o alargar dos conceitos, lhe conferem o valor de “património”:

O Valor Económico é naturalmente o que há mais tempo se encontra ligado ao conceito. Consiste na mensuração financeira do objecto, ainda que tal consideração seja essencialmente subjectiva, atendendo à “carga afectiva” a que o património está sujeito. Podemos considerar este parâmetro pela sua vertente “física”, já que matematicamente podemos adicionar quantias (o local, a estrutura edificada, etc.) e obter um valor total. Se isto nos parece absurdo quando consideramos um “monumento”, cujo valor é teoricamente incalculável, tal já é verosímil quando nos debruçamos sobre estruturas mais comuns,

actualmente englobadas num conceito alargado de património, como explanaremos mais adiante.

A consideração económica torna-se pertinente sobretudo na arquitectura corrente, porque é fonte de polémica para os seus proprietários, que se sentem lesados com as medidas de protecção que recaem sobre os seus imóveis porquanto, não podendo auferir da mais valia que uma "renovação" traria, permitem e por vezes implementam a sua degradação. Deparamo-nos assim com uma ambiguidade difícil de gerir, em que por um lado temos de prevenir as substituições especulativas, mas por outro não podemos lesar os proprietários, envolvidos numa complexa teia onde se incluem inquilinos (e a polémica lei das rendas), mais-valias e conservação. É uma ambiguidade que urge resolver, para que também do ponto de vista da iniciativa privada se promova a salvaguarda efectiva do nosso património.

A indústria do Turismo Cultural, em franco crescimento, adicionou uma nova perspectiva ao valor económico, extrínseca ao património mas gerada por ele. É deste modo que os habitantes dos nossos "centros históricos" e núcleos rurais podem retirar ganhos e inverter situações de desfavorecimento em que amiúde se encontram. Os perigos de desvirtuação e artificialização de ambientes, assim como da degradação física (em especial no caso dos "monumentos" e das estruturas arqueológicas) que a massificação turística pode provocar têm necessariamente que ser acautelados.

O Valor Artístico ou Estético é uma característica intrínseca do objecto arquitectónico, urbano ou arqueológico. Numa primeira fase tem de ser enquadrada como sendo aplicada exclusivamente à antiguidade clássica, grega ou romana. Talvez mais que o carácter estético, foram a pedagogia das formas e a excelência do saber técnico que encantaram artistas e eruditos ao longo dos séculos. Passado o Renascimento o conceito alarga-se,

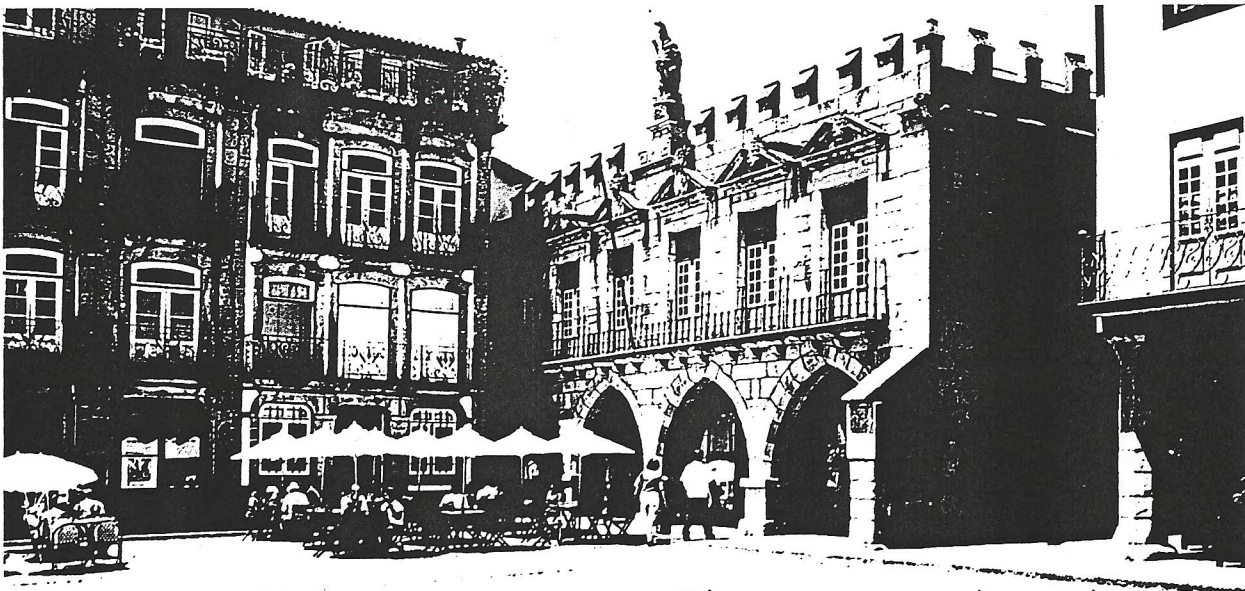
acompanhando o desenvolvimento do saber científico, que prefere o conhecimento directo e a experimentação aos testemunhos literários do passado. Por conhecimento directo entende-se o estudo do edifício e assinala-se o despertar do interesse pelas estruturas arqueológicas. Estes eruditos alargam o seu campo de estudo a todos os vestígios do passado, incluindo os que até aí não eram considerados merecedores de atenção, como os monumentos do Românico e do Gótico. Esta nova atitude, instituída pelos homens do saber entre o séc. XVI e o das luzes, vem acrescentar aos valores patrimoniais já referenciados o valor nacional, atestando uma "democratização patrimonial" que se foi impondo. É o evoluir desta ideia, associada ao valor de memória que permite, já no séc. XX, incluir as até aqui denominadas arquitecturas menores: corrente, industrial e vernacular.

O Valor Cognitivo ou de Memória leva-nos a introduzir primeiro a diferença conceptual entre "monumento" e "monumento histórico".

A palavra monumento tem origem no vocábulo latino *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* - o que interpela a memória. Significa aquilo que se destina a transmitir, aprioristicamente, factos, ritos ou crenças que se pretendem legar às gerações futuras por forma a contrariar a acção dissolvente do tempo, perpetuando a identidade e os caracteres distintivos de uma cultura. Inversamente o monumento histórico adquire este valor à posteriori. Ou seja, é eleito por uma sociedade de entre um conjunto de obras por representar valores que lhe conferem uma identidade própria, configurando aquilo a que Christian Norberg-Schulz chamou de "espaço existencial" e que, aplicado no singular, se pode apelidar de "carácter existencial". Por isso as sociedades escolhem-no e exigem a sua conservação em nome da sobrevivência da memória e delas próprias.

Esta visão globalizante, que o efeito da memória

Guimarães. Largo Condessa do Juncal.



adquire na significação e caracterização da individualidade que cimenta uma determinada sociedade em torno do seu património construído, tem vindo a ser transmitida desde o início dos anos 80 por autores como Norberg-Schulz e Pierre Nora, em obras como *Genius Loci*² e *Les Lieux de Mémoire*³. Porém, este conceito movia já os eruditos da Roma imperial colecionadores de obras dos períodos clássico e helenístico, não pelo seu valor estético ou económico, mas como memórias de uma civilização superior, com um viver e um refinamento que apenas os gregos tinham conhecido e que os romanos procuravam imitar.

Ainda lhe podemos acrescentar a característica que Kevin Lynch definiu como "imaginabilidade", ou seja, as qualidades "que estão relacionadas com os atributos da identidade e estrutura mental que conferem a um objecto físico... uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador."⁴ É esta qualidade que nos provoca o sentimento de perda que experimentamos quando determinado ambiente físico a que nos habituáramos é alterado. O património possui portanto a qualidade de configurar aquilo a que chamamos a "memória ou imaginário colectivos".

Resumindo, podemos afirmar que a ideia intemporal de património, no sentido de possuir e transmitir algo com valor, ganha propriedades culturais na antiguidade clássica. Designa hoje a totalidade dos "bens" herdados do passado, sejam eles culturais ou naturais. Entende-se aqui por passado tudo aquilo que foi produzido, mais ou menos recentemente - uma obra de arte contemporânea pode, pelo seu valor intrínseco, ser considerada património.

Reduzindo o campo aos bens culturais e de entre estes aos arquitectónico-urbanísticos e aos arqueológicos, o termo aplica-se a todo o conjunto de bens que, pelas suas três qualidades já referidas - económica, artística e cognitiva - integram a nossa memória, que caracteriza e individualiza cada lugar, cada indivíduo e cada cidade. O valor memorial tem hoje um grande peso na definição de património, tornando-o tão alargado, genérico e "democrático" que comporta em si quer a obra erudita, quer a obra vernacular, não perdendo nem uma nem outra, nenhuma das características específicas.

A ideia de património arquitectónico aparece ligada ao conceito de "monumento histórico", tal como foi referido. Representa a capacidade que uma determinada obra tem para ser considerada singular e merecedora de apreço e de veneração quer a uma escala local, quer a escalas mais abrangentes. Pensamos ainda no factor pedagógico, já que em termos de arquitectura sempre foram importantes os modelos e os cânones do passado, incarnados em cada obra construída. Mesmo quando aparentemente existe uma completa quebra com o passado, como acontece com o Movimento Moderno, as referências estão presentes, até porque é necessário conhecer as pré-existências muito bem para se entrar em rotura com elas. A afirmação de Lavoisier, "na natureza nada se perde, tudo se transforma", ganha novos sentidos na arquitectura.

Nesta medida, os edifícios do passado, primeiro clássicos e depois de carácter religioso, encerram em si os

valores que os impulsionam para a singularidade, revelando-se ao mesmo tempo eruditos e pedagógicos.

No final da Idade Média começam a aparecer os primeiros sinais de interesse pelo passado edificado. Numa primeira fase - séc. XIV -, conjugam-se as visões dos literatos com as dos artistas, no sentido de valorizar estes contributos como expressão pétreia de um passado brilhante mas longínquo. A visão histórica prevalece sobre a visão estética e pedagógica.

A este entendimento seguem-se no séc. XV estudos que aliavam um saber mais profundo sobre o edificado, inseridos numa nova forma de humanismo a que chamamos Renascimento, que veio conjugar as várias vertentes referidas.

Enquadra-se aqui a obra *De Re Aedificatoria* de Leon Battista Alberti (1452), primeiro tratado moderno de arquitectura, dedicado ao estudo da arte edificatória romana, então considerada o modelo e a expressão máxima da Arquitectura.

As edificações clássicas adquirem o estatuto de "monumento histórico", enquanto personificações de vivências e ideais superiores, ainda que pagãos. É nesta época e neste humanismo que se fundam as bases da salvaguarda patrimonial, promulgados que foram os primeiros decretos papais com o objectivo de protegerem os imóveis da época imperial. O Papa Pio II, para além de uma série de interdições relativamente a estes monumentos, definindo penas para os infractores, estipula regras para a sua expropriação para utilidade pública. Devemos realçar que a prática se sobrepunha ao discurso, continuando os papas a autorizar a exploração como pedreiras destes testemunhos construídos. Todavia o que ressalta é a introdução do conceito de protecção ao edifício considerado património, nas suas vertentes histórica, estética e material e como exemplo de erudição.

Lentamente, com a mobilidade que a nova Europa permite, alarga-se o leque de intervenção aos eruditos, inicialmente pelo estudo dos vestígios romanos nos seus países de origem, a que se seguem as restantes obras do passado.

Estes homens, que Choay designa por "Antiquários do séc. XVIII", lançaram as bases metodológicas para um estudo mais profundo da arquitectura enquanto base espacial das instituições, mas também de todo o género de antiguidades - das moedas aos utensílios domésticos - no entendimento da história como um processo global.

Esta visão inovadora reconhece a singularidade do monumento e engloba-o num processo mais abrangente, que inclui também os pequenos actos do quotidiano. É aqui que podemos filiar o actual interesse pela história local, assim como pelas tradições e pela arquitectura dita "menor". Esta última foi consagrada no período romântico, entre outros pelos Ingleses John Ruskin e William Morris que lhe atribuíam um valor essencialmente estético, estreitamente ligado ao memorial. Estes autores também impulsionam as "artes menores", evocadoras de técnicas e culturas tradicionais, através do movimento *Arts and Crafts*. Identifica-se já aqui um interesse pelo vernacular, em reacção à industrialização crescente que internacionalizava

2 - NORBERG-SCHULZ, Christian, *Genius Loci: paesaggio, ambiente, architettura*, Milão, Electa, 1981.

3 - NORA, Pierre, coordenação, *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard, 1984-1992, VII Vols.

4 - LYNCH, Kevin, *A imagem da cidade*, Lisboa, Edições 70, 1985, p. 20.

gostos e culturas. A transição entre séculos amplia a visão ruskiniana cristalizando-a no movimento *Art Nouveau*. Paralela e gradualmente, a arqueologia começa a desvendar culturas diversas da clássica, alargando o *corpus* da cultura arquitectónica.

Também pela pena de Ruskin nasce a noção de "património urbano histórico", tal como nos afirma Choay. O contraste entre a cidade existente e a nova cidade industrial desperta o interesse pelo tecido urbano antigo. Na obra *Der Städtebau*, de 1889, o urbanista vienense Camillo Sitte estuda a morfologia urbana das cidades pré-industriais, atribuindo-lhe qualidades artísticas que, numa perspectiva pedagógica, deveriam influenciar positivamente o urbanismo contemporâneo por ele criticado.

Nos anos 30, em Itália, Giovannoni defende na *Carta Italiana del Ristauo* (1931) a necessidade de protecção do "património urbano", como foi o primeiro a chamar-lhe. A sua visão, mais alargada que a dos seus antecessores, defendia a salvaguarda do "tecido menor", remarcável não em si mas pela harmonia que o conjunto patenteava, integrando-o numa concepção geral de ordenamento territorial. Para este autor, monumento e conjunto eram realidades que se complementavam e se contextualizavam; por isso "destacar" um monumento era "mutilá-lo". Como precisa Choay, este conceito de "património urbano" adquire sentido e valor não enquanto objecto autónomo sujeito a uma disciplina própria, mas como elemento e parte de uma doutrina original da urbanização. Neste sentido, é o primeiro a enquadrar a perspectiva da intervenção urbana global no "centro histórico", encarando-o como uma componente de futuro na cidade. Esta abordagem está na origem da chamada "conservação integrada" que só 30 anos mais tarde, na *Carta de Veneza*, iria ser "oficializada".

Imbuída deste espírito, realizou-se a 1ª Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos

Históricos, de que resultou a publicação da *Carta de Atenas* em 1931, que constitui o primeiro documento oficial com carácter internacional sobre a conservação do património.

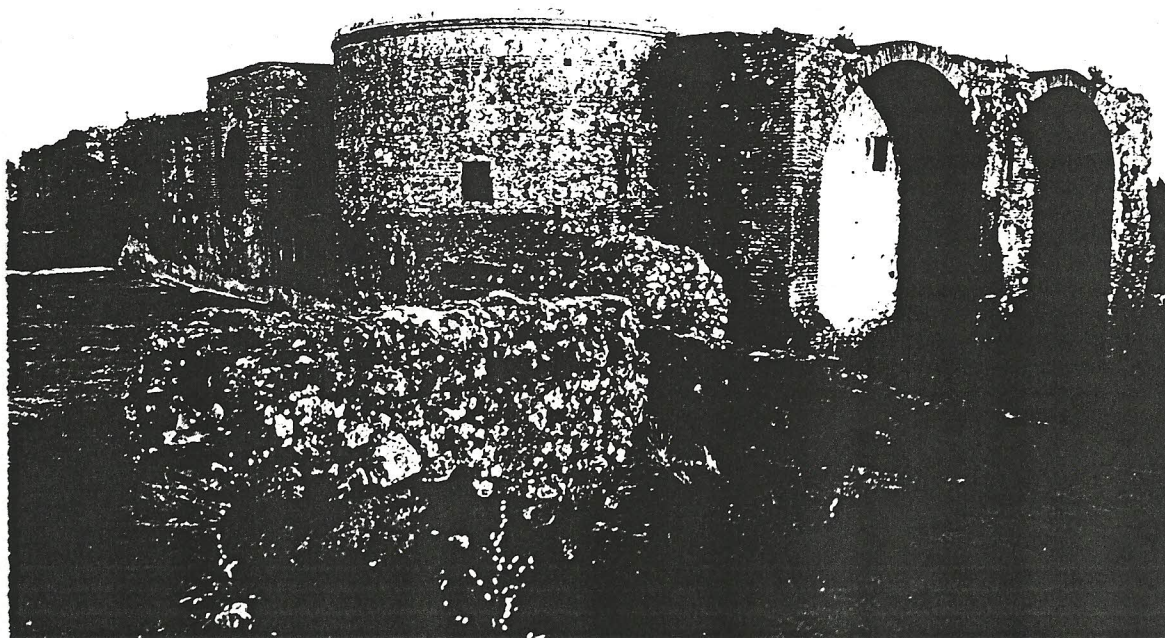
As ideias precursoras de Giovannoni não chegaram a ser aplicadas em grande escala, inserido que estava numa época, em que à ideologia do regime fascista italiano interessavam mais as novas e grandes realizações urbanas do que as operações de intervenção no tecido urbano existente.

A corrente económico-higienista - caracterizada pelas operações de "renovação urbana" - e a corrente ideológico-monumentalista - materializada na "libertação" dos edifícios de excepção -, são as vias mais utilizadas nas intervenções urbanísticas aplicadas ao "centro histórico".

Este panorama reflecte-se em Portugal, onde são levadas a cabo operações filiáveis nestas doutrinas, permitidas e incentivadas oficialmente pela Lei n.º 2 030, publicada em 22 de Junho de 1948, que promovia as expropriações e substituições de edifícios, tendo em vista o saneamento de áreas insalubres. As operações monumentalistas eram protagonizadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), criada em 1929, que passou a dispor, numa tímida aproximação urbana, de zonas de protecção a monumentos, previstas no Decreto Lei n.º 26 611, de 19 de Maio de 1936. A política do Estado Português assumia ainda uma outra corrente - conservadora - que pretendia manter, numa perspectiva histórico-monumentalista, tecidos urbanos que fossem relevantes para a ideologia nacionalista do Estado Novo. São disso exemplo as políticas levadas a cabo nos "centros históricos" de Évora e de Guimarães - "berço da nacionalidade". Por essa razão, ambas as cidades apresentam actualmente um património urbano dos mais bem conservados do país, apoiadas que foram também no pós 25 de Abril por políticas sistemáticas de reabilitação.

Só nas últimas quatro décadas, nomeadamente a partir

Ruínas e sítio arqueológico da Villa romana e posteriormente Mosteiro de São Cucufate.



dos anos 60, se actualizou o interesse pela arquitectura vernacular e pelas técnicas tradicionais de construção, em rotura com a visão modernista institucionalizada, que propunha um modelo arquitectónico único e independente da cultura e do lugar.

Para o filósofo francês Gilles Lipovetsky, a sociedade moderna era "... conquistadora, crente no futuro, na ciência e na técnica; institui-se em ruptura com as hierarquias de sangue e a soberania sacralizada, com as tradições e os particularismos, em nome do universal, da razão, da revolução. Esse tempo desfaz-se diante dos nossos olhos; é em parte contra tais princípios futuristas que as nossas sociedades se estabelecem, nessa medida pós-modernas, óvidas de identidade, de diferença, de conservação, de desconstrução, de realização pessoal imediata...".⁵

O interesse pelas estruturas arquitectónicas antigas insere-se assim num movimento global da sociedade; trata-se na realidade, "...de uma evolução de acordo com a 'revisão do moderno' que se regista em todos os campos da cultura contemporânea, ainda que esta revisão possua na arquitectura uma origem interna, independente, que tem vindo a adquirir cada vez mais consistência, desde o pós-guerra até aos nossos dias, nas diversas interpretações sobre a crise do Movimento Moderno"⁶. Situa-se assim o tema na área que é usual denominar-se como Pós-Modernismo, entendido globalmente como "revisão do moderno".

Em Portugal, o *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa*, realizado entre 1955 e 1960, e publicado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos em 1961, marca simbolicamente a rotura, introduzindo na cultura arquitectónica portuguesa um saber e uma estética populares aperfeiçoados por séculos de experiência e enraizados no "espírito do lugar". Este conhecimento opõe-se também ao artificialismo que caracterizava o "português suave", estilo que incorporava elementos arquitectónicos tradicionais com a intenção de produzir um efeito estético vagamente vernacular e "nacionalista". Em 1947, envolvido nesta polémica estilística, Fernando Távora apontava a alternativa: "... impõe-se um trabalho sério, conciso, bem orientado e realista, cujos estudos poderiam talvez agrupar-se em três ordens: a) do meio português; b) da arquitectura portuguesa existente; c) da arquitectura e das possibilidades da construção moderna no mundo."⁷

Institucionalmente, após a publicação da *Carta de Veneza* em 1964, o conceito de património estende-se à arquitectura vernacular; isto é, as "obras modestas que adquiriram com o tempo uma significação cultural". Esta ideia é reforçada em 1975 na *Carta Europeia do Património Arquitectónico* e desenvolvida numa série de Cartas, Declarações e Convenções que se multiplicaram pelos anos 70 e 80. Mais recentemente, foram integrados os edifícios industriais, memórias de uma época tecnicista e em cujo epicentro, Inglaterra, foram pela primeira vez considerados património.

Em termos nacionais, estes princípios encontram-se consagrados na Lei 13/85, de 6 de Julho, vulgarizada como "Lei do Património", cujo carácter genérico é suficientemente abrangente para incluir todos os conceitos

de património: "O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo."

Nos anos 60, a crítica à teoria arquitectónico-urbanística "internacional" permitiu ultrapassar definitivamente a visão historicista e épica do edifício isolado e da estrutura urbana entendida como simples cenário.

Assim, na *Carta de Veneza* é consagrado também o entendimento que Giovannoni já tinha transmitido relativamente ao "património urbano". Neste documento, passa a definir-se o "monumento histórico" como "a criação arquitectónica isolada, assim como o sítio urbano ou rural que transportam o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico."

Paralelamente à evolução do conceito de património, que passa a englobar realidades eruditas e vernaculares, é também aqui confirmado o progresso que se vinha a observar no sentido de substituir o já ultrapassado conceito estrito de monumento pelos conceitos de conjunto e sítio - urbanos ou rurais. No fundo, do erudito ao vernacular e do monumento ao sítio, são duas evoluções paralelas e complementares.

A introdução da componente memorial entre as características que definem património, configurando ambientes e identidades próprias, obriga a acrescentar a componente social (que Giovannoni já tinha abordado), geradora de movimentos e relações complexas, confinadas por um espaço físico com o qual interage. Basicamente é o passar de uma visão estática - a cidade-museu - para uma visão dinâmica. Como escreveu Lynch, "todo o cidadão possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações. Os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas actividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis."⁸

Simbolicamente, o momento de transição pode situar-se em Bolonha, onde no início dos anos 70, arquitectos como R. Scannavini, L. Cervellati ou C. De Angelis, levaram a cabo a reabilitação do centro histórico. O plano de Bolonha personifica ainda o "dessacralizar" do património construído, entendido como contexto para as acções humanas, cuja preservação é importante para conservar o *genius loci*, mas cuja presença não é imutável nem sobreponível ao factor social. Mais uma vez, é preciso referir que também G. Giovannoni tinha abordado esta componente do problema, pronunciando-se pela "manutenção do carácter social da população".

Largamente difundido em Portugal, o suporte teórico do estudo de Bolonha foi aplicado logo após o 25 de Abril na operação levada a cabo no Porto pelo Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira/Barredo (CRUARB). A reabilitação do tecido social foi também aqui uma das prioridades. O Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL) introduziu em Portugal a problemática das construções contemporâneas inseridas numa estrutura

5 - LIPOVETSKY, Gilles, *A Era do Vazio - Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, Lisboa, Relógio d'Água, 1989, p. 11.

6 - AA, *Ciudad, Historia, Proyecto - II Curso sobre proyectos e intervenciones arquitectónicas en la recuperación de las ciudades históricas*, Cuenca, Universidad Internacional Mendendez Pelayo, 1987, p. 10.

7 - TÁVORA, Fernando, *O Problema da Casa Portuguesa*, Porto, 1947.

8 - LYNCH, Kevin, Op. Cit., pp. 11-12.

antiga, conjunto orgânico e sustentável que, após a expansão industrial, se tinha tornado insalubre e progressivamente desabitado e "gentrificado". Infelizmente, os baixos custos com que foram realizadas as operações SAAL não permitiriam que a maioria das obras arquitectónicas daí resultantes conseguissem sobreviver à acção "dissolvente" do tempo.

Mas como foi referido, o mérito destas operações residiu na introdução da questão social nas intervenções realizadas no "património urbano" das nossas cidades, assim como no entendimento deste como uma mais valia construída (histórica, social, estética e memorial), que é necessário utilizar numa perspectiva dinâmica de desenvolvimento. Afasta-se assim a questão do culto dedicado ao património e à cidade-museu, estática e sem sentido social.

Já desde o início dos anos 80 que o arquitecto Nuno Portas vem defendendo a necessidade de dessacralizar o "centro histórico" e compreendê-lo como integrado num território mais vasto: "*Convém precisar as palavras que se usam ao falar de políticas para as áreas antigas das nossas cidades, vilas ou aldeias. Escrevi áreas 'antigas' e não 'históricas' porque o que nos interessa é encarar os problemas das zonas já existentes e consolidadas, incluindo as construídas já neste século e não apenas aquelas partes a que se atribui um valor histórico ou monumental especial. E escrevi 'áreas' e não 'centros' porque, em geral, quando falamos em 'centro', referimos apenas a área central onde se concentram os principais comércio e edifícios públicos, quando nos interessa tratar também de bairros residenciais mais ou menos antigos, de maior ou menor valor arquitectónico, que podem não constituir uma área central.*"⁹

Introduz-se aqui a escala territorial, já que, se os "centros históricos" se encontram degradados, as causas não se podem encontrar apenas nesta unidade operativa, mas sim em toda a complexa trama de relações físicas e humanas que se geram, quer à escala urbana, quer à escala regional ou até nacional. Neste sentido, a solução para a sua reabilitação e salvaguarda tem de ser procurada nesta diversidade de escalas.

É assim que hoje se entende o conceito de "centro histórico", incluído numa realidade mais vasta da qual é indissociável, do mesmo modo que o "monumento histórico" é inseparável do seu contexto urbano.

Durante os anos 80, em Portugal e na Europa, vulgarizou-se este modelo de "centro histórico", difundido pela Campanha Europeia para o Renascimento das Cidades, lançada pelo Conselho da Europa. O seu efeito catalítico multiplicou o interesse pelas estruturas urbanas antigas, tendo-se sobre elas realizado numerosos estudos e intervenções urbanísticas. Com base na legislação francesa, a famosa Lei Malraux de 1962, que definia os "sectores salvaguardados" e propunha os respectivos Planos de Salvaguarda, generaliza-se esta figura de planeamento, prevista também na nossa Lei do Património, ainda que nunca tenha sido regulamentada.

Quando é lançado o Programa de Reabilitação Urbana, nos anos 80 que prevê a criação dos Gabinetes Técnicos Locais (GTL's), é já esta perspectiva que se institucionaliza,

dando expressão ao interesse que o poder local vinha manifestando pelo tema. Estes gabinetes, financiados a 2 anos pelo Estado Português, vão ajudar a implementar *in loco* as políticas de reabilitação dos "centros históricos", entendidos na perspectiva alargada que referimos.

Apesar das expectativas criadas nos anos 80, a década de 90 revela-se de certo modo decepcionante, já que, contando a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH) com 121 membros, até hoje apenas se aprovaram 15 Planos de Salvaguarda, sendo também manifestamente insuficiente o número de GTL's. Só o reforço destas duas componentes, gestão e desenho urbano *in situ* (GTL) e regulamentação/planeamento (Plano de Salvaguarda), podem cumprir os objectivos da "conservação integrada", conjugando património e desenvolvimento.

O percurso do conceito de património arqueológico não diverge muito do realizado pelo de património arquitectónico e urbano.

A sua introdução é porém mais tardia, só sendo considerado em larga escala com as campanhas napoleónicas no Egipto. O período romântico é propício ao culto da ruína, considerada nos seus valores estético e memorial, no sentido em que evoca sentimentos e ambientes exóticos, culto este que levou mesmo à moda da construção de ruínas falsas em jardins.

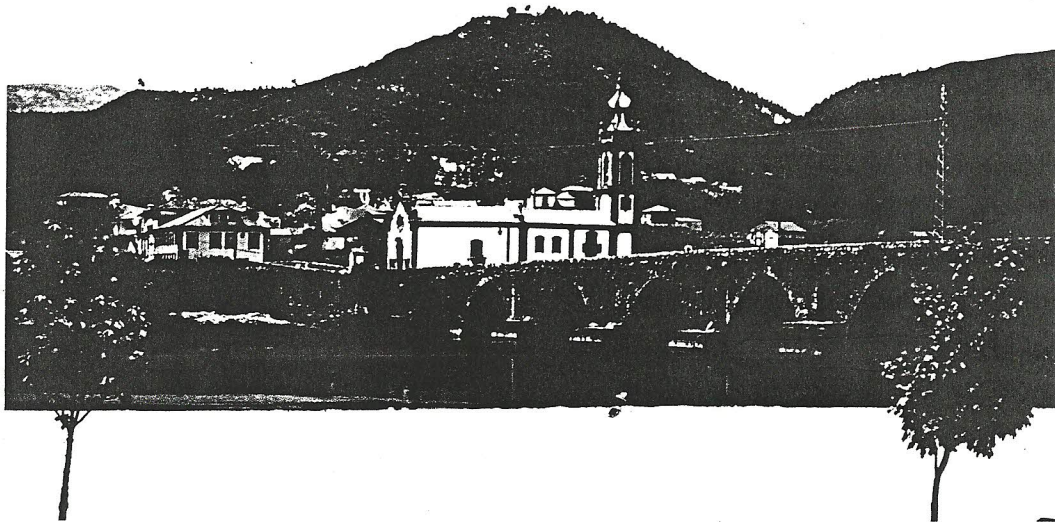
Com a exploração sistemática das estruturas egípcias vai-se adquirindo na prática uma metodologia científica e um conhecimento global da história desta civilização, afastando-se assim a atitude inicial - romântica e aristocrática. Caminha-se também aqui duma visão estritamente monumental para um entendimento global, onde se incluem as edificações correntes e os conjuntos.

Na primeira década do séc. XX, com a construção de estruturas turísticas de apoio e a organização de visitas regulares a estes monumentos, surge o turismo cultural, ainda que a uma escala reduzida e elitista. De notar que esta actividade veio obrigar à publicação da *Carta sobre o Turismo Cultural* (1976), sendo já hoje considerada como uma das principais indústrias e com tendência para um crescimento exponencial num futuro próximo.

Podemos também aqui filiar uma das linhas de interesse que fomenta a "corrida" que se tem desencadeado ao título de Cidade Património Mundial, que Porto, Évora, Angra do Heroísmo e Sintra já ostentam e para o qual cidades como Ponte de Lima, Guimarães ou Santarém já revelaram o seu interesse.

Apesar do carácter científico que investe hoje a actividade arqueológica, ainda não conseguimos, a nível colectivo, afastar a visão romântica e mística que nos provocam estes vestígios de um passado distante. A falta de informação estimula a imaginação, tal como aconteceu ao longo de toda a história.

A elaboração e publicação pelo Conselho da Europa, em 1969, da *Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico*, vem colocar esta problemática no conjunto das preocupações da comunidade internacional. A *Carta de Veneza*, publicada quatro anos antes, era demasiado vaga, aplicando essencialmente os termos de



Ponte de Lima.

"monumento, conjunto ou sítio histórico", nos quais era incluído o património arqueológico, como se depreende da referência feita às escavações, a serem executadas em conformidade com a *Recomendação definidora dos princípios internacionais a aplicar em matéria de escavações arqueológicas*, adoptada pela UNESCO em 1956. O texto de 1969 focaliza a questão, definindo que "... são bens arqueológicos os vestígios, os objectos ou todos os traços de manifestação humana, que constituem um testemunho de épocas e de civilizações em que a principal ou uma das principais fontes de informação científica é assegurada pelas escavações ou pelos achados", sendo por isso "... um elemento essencial para o conhecimento do passado das civilizações."

Torna-se necessário referir que esta definição comporta um carácter generalista, que ainda hoje nos coloca dúvidas no que respeita à delimitação entre património arquitectónico e arqueológico, separados que estão por uma ténue fronteira. Se já não existem dúvidas que a arte rupestre e os vestígios pré-históricos são do domínio arqueológico, o mesmo não pode dizer-se relativamente a estruturas arquitectónicas e urbanas como as cidades de Pompeia ou Conímbriga, reveladas pelas escavações, mas que ganham certamente autonomia após estas. Se nos basearmos nas definições, teremos que as considerar arqueológicas, atendendo a que são expostas ao conhecimento através de campanhas sistemáticas de escavação, mas passada esta fase transitória, como as classificaremos atendendo ao seu valor intrínseco?

A revisão da *Convenção Europeia para a salvaguarda do Património Arqueológico*, ocorrida em 1991, não clarifica a questão, incluindo ainda neste conceito "... as estruturas, construções, conjuntos arquitectónicos, sítios ordenados, testemunhos mobiliários, monumentos de outra natureza, assim como o seu contexto, quer se situem no solo ou sob a água." No ano anterior, já a *Carta de Lausanne* tinha incluído este património nas políticas de "conservação integrada".

Até 1997 estas duas vertentes do património eram tuteladas em Portugal por um só organismo, o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

(IPPAR) que então, certamente reflexo desta ambiguidade, se fracciona no Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e no Instituto Português de Arqueologia (IPA), cujas leis orgânicas não acrescentam nada de novo aos conceitos.

Consideramos porém que esta questão pode ser incluída no campo da discussão sobre o "sexo dos anjos", já que é essencialmente um problema de atribuições oficiais que apenas ocupa um restrito grupo de teóricos e alguns organismos institucionais. O fundamental, que nos preocupa a todos, é que se continue a trabalhar pela salvaguarda, conservação e valorização do património.

Conclusivamente, podemos afirmar que a evolução do conceito de património arquitectónico, urbano e arqueológico, no sentido de englobar realidades tão vastas como o erudito e o vernacular, o monumento e o sítio, assim como o centro histórico e o território, acompanha em paralelo o empenhamento na sua conservação. Não se trata mais de preservar um acto épico, mas sim de assegurar a continuidade e a sobrevivência da nossa memória. O valor simbólico que o património adquiriu torna-se visível na operação paradigmática levada a cabo pelas autoridades de Varsóvia na reconstrução do pós-guerra. Ao reconstruir fielmente o património perdido, não só se "exorcizavam" as recordações dolorosas de um passado recente, como se recuperava a memória dos dias e dos ambientes tranquilos. O património era o símbolo de um passado, com o qual o presente pretendia estabelecer uma continuidade perdida. No fundo, adquirir uma estabilidade emocional e restabelecer os laços entre o passado e o presente, sem cortes nem roturas, recuperando a sustentabilidade e a qualidade urbana perdida é o que pretendemos hoje com a preservação do património.

Porto, Julho de 1998.